

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO
CURSO DE JORNALISMO

DANIELA EBNER
LETTÍCIA LAGES GUSMÃO

**Educação e transformação: trans reivindicam seu direito de ser, estar e permanecer na
universidade**

Produto Jornalístico

Mariana
2019

DANIELA EBNER
LETTÍCIA LAGES

**Educação e transformação: trans reivindicam seu direito de ser, estar e permanecer na
universidade**

Memorial descritivo de produto jornalístico apresentado ao curso Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Professora Dra. Marta Regina Maia.

Mariana
2019

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

G982e Gusmão, Letticia Lages.

Educação e transformação [manuscrito]: trans reivindicam seu direito de ser, estar e permanecer na universidade. / Letticia Lages Gusmão. Daniela Ebner. - 2019.

45 f.: . + Link para acessar o produto jornalístico produzido:
<https://naniebner.wixsite.com/trans-direitodeser>.

Orientadora: Profa. Dra. Marta Regina Maia.

Produção Científica (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Universidade Federal de Ouro Preto. 2. Feminismo e educação. 3. Educação - Finalidades e objetivos. 4. Identidade de gênero. 5. Transexuais. I. Ebner, Daniela. II. Maia, Marta Regina. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 612.6.057

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407

Daniela Ebner
Lettícia Lages Gusmão

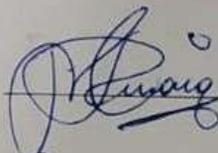
Curso de Jornalismo – UFOP

Educação e transformação: trans reivindicam seu direito de ser, estar e permanecer na universidade

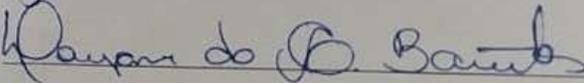
Trabalho apresentado ao Curso de Jornalismo do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo, sob orientação da Profa. Dra. Marta Regina Maia.

Banca Examinadora:

Profa. Dra.



Profa. Ms.



Prof. Dr.



Mariana, 10 de julho de 2019.

RESUMO

Explana-se a representatividade da transgeneridade dentro das universidades, focando, principalmente, na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Em seguida, mostra-se como que o projeto artístico pedagógico “Transvest” cumpre essa proposta de educação transformadora dentro da realidade da população trans com suas bases e objetivos específicos. Em seguida, referenciamos sobre a conceituação de gêneros e sexualidades. Abordamos, ainda, as especificidades da produção da grande reportagem com um adendo à elaboração de perfis e mini perfis. Por fim, mostramos dados sobre a violência contra a população trans e sua marginalização. Sob uma vertente metodológica descritiva, explana-se sob a matriz teórica de Paulo Freire, a “Pedagogia da Autonomia” (1999) para mostrar a relação do professor-aluno no contexto da educação. Logo após, aduz dados sobre a violência contra a população trans e sua marginalização. Em seguida, mostra-se como que o projeto artístico pedagógico “Transvest” cumpre essa proposta de educação transformadora dentro da realidade da população trans com suas bases e objetivos específicos. Conclui-se sobre a viabilidade da teoria apresentada e da necessidade de expansão de projetos/ONGs/cursinho como o descrito no texto.

Palavras-chaves: Educação transformadora. Gêneros e Sexualidades. Feminismos. Transexuais em Universidades. UFOP.

ABSTRACT

The representativeness of transgenderism within universities is explained, focusing mainly on the Federal University of Ouro Preto (UFOP). Then, it is shown how the artistic pedagogical project “Transvest” fulfills this proposal of transforming education within the reality of the trans population with its bases and specific objectives. Then, we refer to the conceptualization of genders and sexualities. We also approach the specificities of the production of the big report with an addendum to the elaboration of profiles and mini profiles. Finally, we show data on violence against the trans population and their marginalization. Under a descriptive methodological aspect, it is explained under the theoretical matrix of Paulo Freire, the “Pedagogia da Autonomia” (1999) to show the teacher-student relationship in the context of education. Soon after, it adds data on violence against the trans population and their marginalization. Then, it is shown how the artistic pedagogical project “Transvest” fulfills this proposal of transforming education within the reality of the trans population with its bases and specific objectives. It concludes on the viability of the presented theory and the need to expand projects/ONGs/courses as described in the text.

Key-words: Transformative education. Genders and Sexualities. Feminisms. Transsexuals in Universities. UFOP.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	4
1.1 A transgeneridade na Universidade Federal de Ouro Preto	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1 Gêneros e sexualidades	8
2.2 Genocídio de pessoas trans	17
2.3 Educação	21
2.4 Reportagem	27
2.5 Perfil	33
3. PLANO DE TRABALHO E PAUTA ESTENDIDA	35
4. PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA GRANDE REPORTAGEM	38
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo. Nos últimos oito anos foram registradas cerca de 876 mortes no país. A expectativa de vida de uma/um transgênero é de 35 anos contra 75 anos dos cisgênero. As/os transgêneros estão situados em um grupo social de alta vulnerabilidade. Sofrem violência física, psicológica e sexual. Sendo assim, são deixados à margem da sociedade, tendo dificuldade em se inserirem no mercado de trabalho, no acesso à cultura, saúde e ensino (Grupo Gay da Bahia, 2016).

Diante dessa realidade, optamos por produzir uma grande reportagem com o objetivo de demonstrar que a comunidade trans é uma população marginalizada e subalternizada (SPIVAK, 2010) e como a construção de oportunidades consegue gerar mudança na vida e nas estatísticas desses sujeitos¹.

Apresentamos a representatividade da transgeneridade dentro das universidades, focando, principalmente, na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Em seguida, mostra-se como que o projeto artístico pedagógico “Transvest” cumpre essa proposta de educação transformadora dentro da realidade da população trans com suas bases e objetivos específicos. Após isso, utilizamos a matriz teórica de Paulo Freire a “Pedagogia da Autonomia” (1999) para descrever a relação do professor-aluno no contexto educação. Em seguida, referenciamos sobre a conceituação de gêneros e sexualidades. Abordamos, ainda, as especificidades da produção da grande reportagem com um adendo à elaboração de perfis e mini perfis. Por fim, mostramos dados sobre a violência contra a população trans e sua marginalização.

A validade do nosso trabalho se mostra através da importância dos direitos LGBTQ+, o que inclui a oportunidade de acesso à educação para esse público historicamente marginalizado e com poucas oportunidades. Além disso, trazemos a tentativa de desmistificação da imagem das pessoas trans. Compreendemos que, antes de ser trans, nossos personagens são sujeitos que possuem direitos e deveres, como todo cidadão, porém, que não estão inseridos na mesma esfera pública.

¹ Escolhemos trabalhar com a linguagem não-binária, pois na reportagem falamos de pessoas que não se identificam com o binarismo. Acreditamos que, ao optarmos pela isenção de gênero na narrativa, evitamos marcas de opressão. Dessa forma, nosso trabalho contemplará todes, todas e todos.

1.1 A transgeneridade na Universidade Federal de Ouro Preto

A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), assim como a sociedade, foi pluralizando e diversificando o seu público ao longo dos seus 50 anos. O início da sua história ocorre em 1839, com a fundação da Escola de Farmácia e, posteriormente, em 1876, com a Escola de Minas. As instituições centenárias, por muito tempo, não abrangiam estudantes do sexo feminino. Nota-se nos prédios históricos, em que estão localizados os tradicionais quadros de “ex-alunos”, com as primeiras turmas da Universidade, que não há mulheres presentes. Gradativamente as mulheres começaram a ingressar nas Escolas e apoderar do seu lugar, quase que solitário, em espaço, predominantemente, masculino. Em 1969 foi fundada a Universidade Federal de Ouro Preto, com a junção da Escola de Farmácia e Escola de Minas e, mais tarde, com a criação de novos cursos e campus. A pluralização da Universidade deu-se, tanto com a criação de novos cursos, quanto com a chegada de novos sujeitos.

Nesse sentido, parte da premissa de adaptação às necessidades da sociedade, cuja educação é uma das componentes fundamentais. Dessa forma, as questões de gênero estão sendo, cada vez mais discutidas, dentro e fora das universidades. Nos últimos anos, a UFOP contempla alunos de diversas singularidades transitando em seu campus. Torna-se, então, necessária a construção de políticas e regulamentações voltadas para esses sujeitos.

No intuito de garantir um ambiente múltiplo e a construção não apenas de saberes, mas de cidadania e autonomia social, de forma crítica e reflexiva, consta do Estatuto da UFOP:

Art. 2º A Universidade Federal de Ouro Preto tem as seguintes finalidades: I- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II- formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; (...) VI- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; (...) Art. 4º A Universidade Federal de Ouro Preto reger-se-á por princípios democráticos de gestão e ideais de liberdade e solidariedade humana (UFOP, 1997).

Apesar do Estatuto, a rotina de convivência, dentro e fora das dependências da Universidade, depende não só dessas diretrizes, que ainda apresentam falhas em sua execução

garantem direitos, mas, também, daqueles que a frequentam: discentes, docentes e servidores. Isto é, assim como na sociedade, apesar da evolução e engajamento na luta pelos direitos LGBTQ+, o preconceito e intolerância também estão presentes. Constrangimentos costumam vir disfarçados de piadas veladas e da exclusão daqueles que não são considerados dignos de frequentar o mesmo ambiente, predominantemente, regido pelo padrão heteronormativo cisgênero e marcado pela branquitude. A opressão geralmente possui gênero, raça e orientação sexual, em suma, afeta de forma devastadora membros de minorias sociais, como mulheres, LGBTQ+, bem como negros e negras (BOMFIM, SILVA, BAHIA. 2018).

A violência é percebida em diferentes lógicas, etapas ou momentos. De tal forma que nem todo comportamento humano é violento, ele se torna violento na medida em que adquire formas opressivas e intimidadoras perante aquele outro a quem se dirige aquele ato (BOMFIM, VALADARES e RECH, 2018, p.78).

Dessa forma, é necessário que as universidades façam valer as suas regras, pelo menos, dentro das suas instituições. Além disso, construam e avancem em políticas de conscientização, de igualdade e de defesa dessas minorias. Neste Memorial aborda-se, principalmente, as questões das pessoas transexuais e travestis, que estão em situação de vulnerabilidade.

Em uma matéria publicada pelo veículo de comunicação “Gazeta do Povo” em março de 2019, algumas instituições, como a Universidade Federal do Grande ABC (UFABC), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) adotaram políticas que incluem travestis, transexuais e transgêneros em cursos de graduação e pós-graduação desde 2018.

É importante lembrar que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/96 estabelece como preceito da educação no Brasil, em alguns de seus artigos, alguns princípios que garantem a diversidade:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV- respeito à liberdade e apreço à tolerância; (...) Art. 43. A educação superior tem por finalidade: I- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo.

Em agosto de 2015, a UFOP optou por adotar o uso do nome social para discentes, docentes e servidores trans dentro da instituição. Desde essa data, o nome social consta nas listas de chamadas, nas carteirinhas e nos sistemas dos alunos(as) e professores(as). Até 2017, três alunos já haviam solicitado o nome social. Medidas como essa pode até parecer pequena diante do tamanho da questão, mas possibilita que alunes transitem pela Universidade com maior conforto e menos constrangimento, já que a sua identidade é reconhecida institucionalmente. Para a mestra em Direito, pela UFOP, Ludmilla Santos de Barros Camilloto (2019) fica evidente, cada vez mais, que a Universidade, enquanto instituição, e também por meio de seus alunes, tem se mostrado aberta a esse tipo de discussão e mudança:

De acordo com os dados da instituição, atualmente, a UFOP possui 13.905 alunos e alunas entre graduação, pós-graduação e especialização. Dessas quase 14 mil pessoas, Camilotto (2019) identificou em sua pesquisa somente 11 estudantes trans. Isso significa que, para cada mil alunes, a Universidade tem um alune trans. Nota-se uma proporção extremamente baixa, pensando no tamanho da Universidade e na quantidade de corpos trans que estão na sociedade. Tal fato demonstra como é discrepante a presença desses sujeitos no ambiente universitário em relação aos corpos cisgêneros. Nesse aspecto, Camilotto (2019) sugere a relevância do “direito de ser” como uma forma de resistência e autonomia dentro dos diversos espaços, individual e coletivamente.

Em outras palavras, diz da possibilidade de reconhecimento do direito de cada um ser como é, do direito ao livre exercício da personalidade humana e da existência digna, na luta por uma sociedade plural e democrática. Considero possível o reconhecimento do “direito de ser”, sem referência a uma ontologia ou essência em razão do entendimento de gênero como construção social, mas como um novo direito (não positivado no ordenamento jurídico, mas reconhecido como uma derivação de direitos e garantias constitucionais) por meio do qual todas/todos/todes podem ser, existir, transitar, contratar, relacionar, expressar, vestir e amar como desejarem e decidir com autonomia os projetos de suas próprias vidas (CAMILLOTO, 2019, p. 213).

Apesar da Universidade, como instituição, se mostrar aberta à diversidade, no dia a dia, o preconceito e a transfobia continuam presentes nos corredores e nas salas de aulas. Episódios de violência são, cotidianamente, relatados por alunes e professores; narrativas de transfobia, seja explícita ou velada, presenciadas ou escutadas pelos corredores. No ato da pseudo aceitação ou da agressão clara, este tipo de comportamento é nomeado pelo autor Pierre Bourdieu (2002) como “violência simbólica”, de tal forma que

Os indivíduos passam a naturalizar ou mesmo aceitar aquelas condutas sociais, mesmo que aquilo o atinja diretamente ou seja violento. O próprio meio ou a sociedade legitima algum comportamento aquele é parte deste(s) e como consequência pode formar alguns modelos e instituí-los o entendimento da vida social, de tal forma que incorporam aqueles comportamentos violentos como “normais” (BOMFIM, VALADARES e RECH, 2018, p. 78).

Nos últimos anos a Universidade, como instituição e por meio daqueles que a frequentam, tem se mostrado preocupada e atenta a causa da diversidade. Hoje, é possível acompanhar inúmeras iniciativas como projetos de extensão, pesquisas e coletivos em prol da diversidade, que discutem questões de gênero, sexualidade e representatividade, como é o caso do Grupo de Pesquisa Caleidoscópio, o Projeto VIDAS – Gênero, Diversidade e Sexualidades, o Coletivo Queerlombo, além de inúmeros outros projetos desenvolvidos dentro e fora da UFOP.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gêneros e sexualidades

Os “Estudos Culturais” surgiram nos Estados Unidos por volta dos anos 60 nas circunstâncias da eclosão de movimentos socioculturais, como pós-modernismo, pós-colonialismo e multiculturalismo; e dos movimentos sociais negro e a segunda vertente do feminismo. Esses estudos buscavam compreender e discutir as questões de crescente questionamento da época, como as questões feministas, de raça, de sexualidade e também de gênero. Os estudos em questão serviram para iniciar o processo de entendimento e desestigmatização do forte preconceito existente nessas áreas, afinal toda identidade é uma

construção simbólica que se faz em relação a um referente (étnico, nacional, de gênero, etc.) (HALL, 2011).

Os estudos da Teoria Queer resultaram nos estudos de gênero, que surgiram nos anos 80 e foram consolidados somente na década de 90. O termo *Queer* inicialmente era considerado com um xingamento em inglês, que pode ser traduzido por estranho ou rejeitado (MISKOLCI, 2017, p. 24). A linguagem depreciativa foi uma tentativa de inserir a *Queer Nation* no espaço de desprezo e nojo, em razão do medo da contaminação pelo vírus do HIV (MISKOLCI, 2017).

Para Judith Butler (1999) o termo *queer* não qualifica uma identidade, mas uma aliança para a luta pela justiça social, política e econômica. Da mesma forma que Guacira Lopes Louro (2001) adverte que “algumas vezes *queer* é utilizado como um termo síntese para se referir, de forma conjunta, a gays e lésbicas” (p. 546). Como explicita a referida autora:

Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler (1999), a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homófobos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto àqueles a quem é dirigido. Esse termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização - venha de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. *Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora” (LOURO, Guacira Lopes. 2004, p. 38).

A transgeneridade é ligada à questão de quebra e rompimento presentes na Teoria Queer. As/os transgêneros são sujeitos que não se identificam com o gênero com o qual foram designados ao nascer. Essa falta de identificação com o próprio corpo gera uma “incômoda e inassimilável diferença de corpos e almas que teimam em se fazer presentes” (PEREIRA, 2006, p. 469).

A partir dessa questão a heteronormatividade, conceituada por Michael Warner (1991), nas análises *queer*, como um termo que esclarece e direciona à ordem social e os seus procedimentos, o binarismo e sexualidades começaram a ser discutidas e questionadas pelos grupos criados a partir dos Estudos Culturais e pelos estudiosos de gênero que começaram a

surgir com esse movimento. Toda essa normatividade presente na sociedade dificulta o entendimento e a mudança.

Teórica e metodologicamente, os estudos queer surgiram do encontro entre uma corrente da Filosofia e dos Estudos Culturais norte-americanos com o pós-estruturalismo francês, que problematizou concepções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação. Central foi o rompimento com a concepção cartesiana (ou Iluminista) do sujeito como base de uma ontologia e de uma epistemologia. Ainda que haja variações entre os diversos autores, é possível afirmar que o sujeito no pós-estruturalismo é sempre encarado como provisório, circunstancial e cindido (MISKOLCI, Richard, 2009, p. 152).

A identidade de gênero tem um caráter de identificação social, ou seja, como certo indivíduo se identifica na sociedade. Essa identificação pode ser com qualquer gênero, visto que o gênero é uma construção social construída pelo próprio sujeito de acordo com a sua identificação, suas experiências e influências.

A identidade de gênero é uma categoria da identidade social e refere-se à identificação do indivíduo como homem ou mulher, ou com alguma categoria diferente de homem ou de mulher. Essa identidade deve ser construída pelo próprio ser humano. Mesmo com todas as influências que receberemos, caberá a cada um sentir se está em concordância com sua orientação, seus desejos e suas práticas sexuais, entendendo que eles podem ser modificados (CAMARGO; SAMPAIO NETO, 2018, p. 165).

O filósofo Paul B. Preciado trabalha com o conceito de gênero por meio da definição de *contrassexualidade* e sob a ótica da sexualidade como um dispositivo de Michel Foucault. Preciado utiliza, também, a concepção da filósofa Judith Butler que determina a contrassexualidade como uma análise crítica da diferença de gênero e de sexo, produto do contrato social heterocentrada cujas performatividades normativas foram inscritas nos corpos como verdades biológicas (Judith Butler, 2001). Preciado sugere, ainda, que

A contrassexualidade aponta para a substituição desse contrato social que denominamos natureza por um contrato contrassexual no âmbito do contrato contrassexual os corpos se reconhecem a si mesmos não como homens ou mulheres, e sim como corpos falantes, e reconhecem os outros corpos como falantes. Reconhecem em si mesmos a possibilidade de aceder a todas as práticas significantes, assim como a todas as posições de enunciação, enquanto sujeitos, que a história determinou como masculinas, femininas ou perversas. Por conseguinte, renunciam não só a uma identidade sexual fechada e determinada naturalmente, como também aos benefícios que poderiam obter de uma naturalização dos efeitos sociais, econômicos e jurídicos de suas práticas significantes (PRECIADO, Paul B., 2014, p. 21).

A normatividade fez com que durante muito tempo a transgeneridade fosse classificada como doença. As/os transgêneros são considerados até hoje como doentes mentais e diversos tratamentos foram criados para trazer esses sujeitos de volta à “normalidade”. Somente agora, no dia 20 de junho de 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS) excluiu a transexualidade da lista de patologias mentais. Apesar do grande crescimento da luta LGBTQ+ e da crescente visibilidade das transgêneros, o caminho a ser percorrido ainda é longo, visto o tratamento arcaico ainda presente no século XXI.

A classificação como doenças busca o tempo todo corrigir o sujeito, trazer a ele novamente identidade de gênero que seja mais fácil de ser aceita e compreendida. Trata o sujeito como anormal. O preconceito é grande mesmo entre os próprios sujeitos, aqueles que se identificam com outro corpo, mas não pretendem mudar a genitália ou a aparência, apenas ser reconhecido como o gênero que se reconhecem.

O educador Pedro Paulo Gomes Pereira (2006) aborda a transexualidade em seu artigo “A Teoria Queer e a reinvenção do corpo”. Pereira fala que a própria transexualidade se tornou um elemento normativo na sociedade se pensarmos que todas as mudanças físicas e cirúrgicas feitas pelo transgênero são na intenção de se identificar com algum gênero anteriormente já definido, homem ou mulher. A sociedade não aceita que ele transite entre eles ou não queira se identificar com nenhum.

O conjunto de práticas e discursos que atuam sobre os corpos e almas dos transexuais, regulando-os, Berenice denomina de “dispositivo da transexualidade”, que pode ser observado na intervenção médica que atua, invariavelmente, no sentido de restabelecer a heterossexualidade supostamente perdida ou ameaçada. A equipe médica opera - o deslize semântico do verbo “operar” é aqui bem apropriado - efetuando a manutenção do dimorfismo dos gêneros, considerado como natural, sempre na busca de afastar as ambiguidades. O dispositivo da transexualidade é, portanto, heteronormativo (PEREIRA, 2006, p. 471).

Guacira Lopes Louro (1997) aduz que toda e qualquer identidade (sexual, étnica, de classe ou de gênero) é construída socialmente e toda identidade está sempre em processo, portanto nunca acabada, pronta ou fixa.

É preciso que se entenda a diferença entre gênero e sexualidade. Gênero é o corpo com que o sujeito se identifica, feminino, masculino, ambos ou nenhum. Sexualidade é por quem o sujeito sente atração afetiva e/ou sexual, não estando os dois ligados entre si. A filósofa Judith Butler, conduz a discussão acerca da teoria de gênero e sexualidade

Sexo não deve ser concebido puramente como a inscrição cultural de significado em um sexo pré dado (uma concepção jurídica); gênero deve também designar o próprio aparato de produção através do qual o sexo propriamente dito é estabelecido. Como resultado, o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; gênero é também os significados discursivos/culturais pelos quais “a natureza sexuada” ou “sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, antes da cultura, uma superfície politicamente neutra na qual a cultura age. (BUTLER, 1999).

Butler (1999) trabalha a ideia de que a heteronormatividade é um padrão compulsório e por isso é tão difícil aceitar novas construções de gênero que são diferentes do aceitável pela sociedade. Butler cita “quando teóricas feministas afirmam que o gênero é uma interpretação cultural do sexo, ou que o gênero é construído culturalmente, qual é o modo ou mecanismo dessa construção?” (BUTLER, 1999, p. 28). A identidade de gênero, então, é construída por cada sujeito de forma independente do sexo que foi designado ao nascer, lembrando o descolamento das duas situações.

Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável (BUTLER, 1999, p. 29).

Nesse caso, a cultura está enraizada na sociedade, na qual a heteronormatividade se sobressai a qualquer tipo de tentativa de rompimento dessa norma. O pensamento de que o sexo e/ou gênero biológico é considerado o adequado, torna esse fato uma lei social não verdadeira, ou seja, é o que a sociedade consegue considerar aceitável “tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino”. (BUTLER, 1999, p. 28). Essa cultura se transforma em um tipo de lei que não está escrita, mas subentendida em todos os níveis sociais.

A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível existe que certos tipos de “identidade” não possam “existir” - isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do gênero. Nesse contexto, “decorrer” seria uma relação política de direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade (BUTLER, 1999, p. 44).

A questão de gênero pode ser muito mais polar do que se conhece ou aceita. Podem existir mulheres masculinas, homens femininos, mulher trans lésbica e tantas outras possibilidades. “Certamente, há misturas de gênero o suficiente para provocar uma oposição

odiosa de movimentos que procuram restabelecer ‘família tradicional’, a ‘verdadeira feminilidade’ ou a ‘verdadeira masculinidade’” (CONNEL; PEARSE. 2015, p. 40).

Judith Butler contesta “Em que medida é a ‘identidade’ um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência? E como as práticas reguladoras que governam o gênero também governam as noções culturalmente inteligíveis de identidade?” (1999, p. 43). Mas a limitação social para a identificação dificulta a aceitação e a normatividade desses sujeitos. À luz do enredo “Gênero: uma perspectiva global”, o significado de gênero apresenta-se como uma matriz cultural hegemônica que diferencia homem e mulher. Em suas palavras, a divisão binária, mesmo que fortemente presente, não representa a totalidade da sociedade, onde existe muito mais possibilidades além das apresentadas

Em seu uso mais comum, então, o termo “gênero” significa a diferença cultural entre mulheres e homens, baseada na divisão entre fêmeas e machos. A dicotomia e a diferença são substância dessa ideia. Os homens são de Marte e as mulheres de Vênus. Há objeções decisivas sobre essa definição de gênero: a vida humana não se divide apenas em duas esferas, nem o caráter humano se divide apenas em dois tipos. Nossas imagens de gênero são quase sempre dicotômicas, mas a realidade não o é (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 46).

Se pegarmos esse contexto de luta de gênero, onde as mulheres historicamente já possuem certa vulnerabilidade, as mulheres trans enfrentam problemas ainda mais graves, visto que não consideradas mulher pela sociedade, são excluídas, também, do movimento feminista enquanto mulher e por isso a barreira é muito maior. Além disso, a filósofa Judith Butler traz o conceito de “corpo abjeto” e problematiza: “a construção do gênero atua através de meios excludentes, de forma que o humano é não apenas produzido sobre e contra o inumano, mas através de um conjunto de exclusões, de apagamentos radicais, os quais, estritamente falando, recusam a possibilidade de articulação cultural” (2010, p. 161). A sociedade abjetifica o corpo da travesti, isso é, o marginaliza e tira a sua condição de sujeito:

Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (BUTLER, 1999, p 43).

O feminismo é um movimento social e político que luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, rompendo com os padrões patriarcais da sociedade. Buscando a emancipação da mulher e questionando a hierarquização dos gêneros, o movimento originou-se no século XIX e foi se desdobrando em várias vertentes.

Contendo algumas falhas, a primeira onda do movimento não abrangia todas as mulheres - majoritariamente composta por mulheres brancas, intelectuais, do Reino Unido e dos Estados Unidos. Dessa forma, a partir da década de 1980, as mulheres negras incorporaram-se ao movimento com suas próprias especificidades e demandas.

Para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las completa ou adequadamente pareceu necessário, a fim de promover a visibilidade política das mulheres. Isso parecia obviamente importante, considerando a condição cultural difusa na qual a vida das mulheres era mal representada ou simplesmente não representada. (BUTLER, 1999, p. 18).

Nomes como Angela Davis, Bell Hooks, Kimberlé Williams Crenshaw, Patrícia Hill Collins e Audre Lorde, são as principais referências militantes e teóricas do feminismo negro internacional. No Brasil, pode-se citar Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes, Jurema Werneck, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Nilza Iraci, Beatriz Nascimento e Djamila Ribeiro. Ao ressaltar a relevância da participação de mulheres negras no movimento, as ativistas puderam consolidar suas ações e formular novas estratégias, transformando o feminismo não só no âmbito nacional, como também no internacional, passando assim a contemplar um maior e mais variado grupo de mulheres.

Seria a construção da categoria das mulheres como sujeito coerente e estável uma regulação e retificação inconsciente das relações de gênero? E não seria essa retificação precisamente o contrário dos objetivos feministas? Em que medida a categoria das mulheres só alcança estabilidade e coerência no contexto da matriz heterossexual? (BUTLER, 1999, pág. 24).

Embora o movimento tenha crescido e alcançado cada vez mais pessoas, o feminismo é, ainda, muito segregado. As causas aproximam-se, mas não são as mesmas. O feminismo negro, por exemplo, visa combater, além da diferença entre os gêneros, também a desigualdade racial. Obviamente, uma causa não se sobrepõe a outra. Entretanto, o movimento feminista negro ainda é um movimento isolado, uma vez que a mulher negra é duplamente discriminada: pelo gênero e por sua raça.

Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a classe é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (DAVIS, 1997, p. 8).

A inserção das mulheres negras ainda é, consideravelmente, menor dentro das universidades. De acordo com a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) feita em março de 2018, mulheres entre 25 e 44 anos de idade, que completaram o ensino superior, atingiram cerca de 21,5%. Entre elas, apenas 10,4% são pretas ou pardas, enquanto 23,5% são brancas. A filósofa e ativista bell hooks (1995) critica a desigualdade entre as etnias e classifica essa diferença como algo relacionado, também, a consciência de classe.

E o conceito ocidental sexista/racista de quem e o que é um intelectual elimina a possibilidade de nos lembrarmos de negras como representativas de uma vocação intelectual. Na verdade, dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca toda a cultura atua para negar às mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente e torna o domínio intelectual um lugar interdito. Como nossas ancestrais do século XIX, só através da resistência ativa exigimos nosso direito de afirmar uma presença intelectual. O sexismo e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. (HOOKS, 1995, p. 468).

A escritora e pesquisadora Hailey Kaas (2015) elucida que nos últimos 20 anos, surgiu uma nova corrente feminista, que vem ganhando força e espaço dentro dos debates, principalmente, na internet. O transfeminismo vem para tratar de questões referentes às mulheres trans. Devido à falta de visibilidade nos grupos sociais e de representação dentro do movimento feminista em um contexto geral, a comunidade trans se mobiliza para construir seu próprio movimento e ganhar autonomia na luta de seus direitos. As mulheres trans são vítimas de preconceito em duas grandes esferas: pelo grupo LGBT, que as reconhecem como trans, mas possuem políticas gay-lésbicas muito sólidas, que defendem os próprios interesses, deixando à margem as demandas da identidade de gênero; e pelas mulheres, que, também, as reconhecem como pessoas trans, mas que, em muitos casos, não aceitam serem representadas por uma mulher trans. Uma vez que compartilham o pensamento *bioessencialista*, que exclui essa categoria por não terem nascido biologicamente como mulher. A socióloga Berenice Bento (2008) chama atenção para o termo *designado ao nascer* é uma forma de evitar esse *bioessencialismo* e de repensarmos de forma crítica o fato de considerarmos os corpos como masculinos/femininos.

Uma vez que, gênero é uma condição social imposta no momento do nascimento como uma forma de controle do patriarcado heteronormativo.

Na realidade, as poucas feministas não-trans que escreveram sobre nós no passado comumente basearam suas teses na suposição de que nós somos, na realidade, “homens” (e não mulheres), e que nossa transição física para mulheres e nossas expressões de feminilidade representam uma apropriação da cultura, simbolismo e corpos das mulheres. Além disso, configurar um desrespeito com o fato de que nos identificamos, vivemos e somos tratadas como mulheres pelo mundo, tais abordagens falhas ignoraram uma oportunidade importante para examinar questões muito mais relevantes: as formas pelas quais o sexismo tradicional molda as suposições populares sobre mulheres transexuais, e porque tantas pessoas em nossa sociedade sentem-se ameaçadas pela existência de “homens que escolhem se tornar mulheres” (SERANO, 2007, p. 6).

Pela ótica da escritora Audre Lorde (2013):

É uma arrogância acadêmica particular supor qualquer discussão sobre teoria feminista sem examinar nossas muitas diferenças, e sem uma contribuição significativa das mulheres pobres, negras e do terceiro mundo, e lésbicas. E, ainda assim, estou aqui como uma feminista negra e lésbica, tendo sido convidada a comentar no único painel nesta conferência no qual dados sobre feministas negras e lésbicas são representados. O que isto diz sobre a visão desta conferência é triste, num país onde racismo, sexismo e homofobia são inseparáveis. Ler esta programação é presumir que mulheres lésbicas e negras não têm nada a dizer sobre existencialismo, o erótico, a cultura e o silêncio das mulheres, o desenvolvimento da teoria feminista, ou heterossexualidade e poder (LORDE, Audre. 2013).

Para Hailey Kass, fundadora e coordenadora do Coletivo Transfeminismo, o feminismo tradicional exclui a mulher trans enquanto mulher universal, pois enxergam essas sujeitas como homem, ou por ainda possuir o genital masculino ou porque não foram designadas mulher ao nascer. Dessa forma, o feminismo tradicional não possui movimentos voltados para mulheres trans devido à exclusão desses corpos enquanto mulher. Esse posicionamento é fortemente criticado por ativistas trans e pelo feminismo negro, pois ressaltam que o feminismo tradicional não abarca todas as mulheres e mulheridades, mas sim o estereótipo da mulher branca, heterossexual e de classe média. E a partir desses fatos, viu-se a necessidade de criar mais vertentes do feminismo de modo que todas as mulheres pudessem ser representadas, cada uma com sua singularidade. A ativista Emi Koyama (2003) escreve o Manifesto Transfeminista e aduz

(...) O Transfeminismo não é sobre se apoderar de instituições feministas existentes. Ao contrário, é sobre ampliar e avançar o feminismo como um todo através da nossa própria liberação e trabalho em coalizão com todas as outras pessoas. O Transfeminismo luta por mulheres trans e não trans, e pede às mulheres não trans para lutarem por mulheres trans

também. O Transfeminismo engloba políticas de coalização feminista nas quais mulheres com diferentes vivências e histórias lutam umas pelas outras, pois se não lutarmos umas pelas outras, ninguém irá (KOYAMA, Emi, 2003).

Cria-se a vertente do feminismo interseccional que defende a utilização de um recorte de opressão e vivência nas estruturas sociais de dominação-exploração. As feministas interseccionais partem da premissa de gênero, de condição de gênero, de etnia, de lugar, de classe, de orientação sexual, onde se reconhece que as mulheres possuem opressões diferentes e necessidades individualizadas. A filósofa e ativista brasileira, Djamila Ribeiro (2014), defende a interseccionalidade do movimento feminista

O movimento feminista precisa ser interseccional, dar voz e representação às especificidades existentes nesse ser mulher. Se o objetivo é a luta por uma sociedade sem hierarquia de gênero, existindo mulheres que para além da opressão de gênero, sofrem outras opressões como racismo, lesbofobia, transmisoginia, urgente incluir e pensar as intersecções como prioridade de ação e não mais como assuntos secundários (RIBEIRO, 2014).

Partindo da ideia de que cada indivíduo é único, todas as mulheres, independente do gênero, etnia, sexualidade, faixa etária, peso, altura, classe social, já sofreu ou ainda sofre com o machismo, a misoginia, o androcentrismo, o falocentrismo, que são, por sua vez, pilares do patriarcado.

2.2 Genocídio de pessoas trans

A palavra *genocídio* não existia até 1944. Criada como um conceito específico para qualificar crimes cujo objetivo é o extermínio da existência física de grupos nacionais, étnicos, raciais e religiosos. O conceito *genocídio* foi criado pelo advogado judeu polonês, Raphael Lemkin, para caracterizar os assassinatos cometidos pelo partido nazista. Desta forma, Lemkin estabeleceu que *genocídio* se tratava de “um plano coordenado, com ações de vários tipos, que objetiva à destruição dos alicerces fundamentais da vida de grupos nacionais com o objetivo de aniquilá-los” (HOLOCAUST ENCYCLOPEDIA). Em 1948, as Nações Unidas homologaram a Convenção para a Prevenção e Punição de Crimes de Genocídio, estabelecendo-se como crime de caráter internacional. Para tal, responsabilizam-se para com o comprometimento de “efetivar ações para evitá-lo e puni-lo”, apresentando a seguinte concepção:

Por genocídio entende-se quaisquer dos atos abaixo relacionados, cometidos com a intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial, ou religioso, tais como: assassinato de membros do grupo; causar danos à integridade física ou mental de membros do grupo; impor deliberadamente ao grupo condições de vida que possam causar sua destruição física total ou parcial; impor medidas que impeçam a reprodução física dos membros do grupo; transferir à força crianças de um grupo para outro (HOLOCAUST ENCYCLOPEDIA).

Os indivíduos trans encaram diversas situações de violência: *estrutural, institucional, social e interpessoal*. O projeto de pesquisa *Transrespect versus Transphobia Worldwide (TvT)*, idealizado por Boglarka Fedorko² e Lukas Berredo³, caracteriza os tipos de violência citados acima:

A violência estrutural é a violência que está inscrita nas próprias estruturas sociais em que vivem as pessoas trans, que são produzidas e mantidas por ideologias de gênero e sexualidade, e relações de poder que se combinam, resultando em falta de moradia, em pobreza e outras desigualdades estruturais, como demonstrado nas seções anteriores. A transfobia pode se refletir em políticas, leis e práticas institucionais que discriminam pessoas trans, como na educação e saúde, no assédio e violência policial e no encarceramento. Ela pode ser social, como na rejeição e o maltrato de pessoas trans por outros. E finalmente, pode se manifestar em incidentes anti-trans interpessoais diretos, e nos crimes de ódio especificamente dirigidos contra pessoas trans.

A prova ineludível de violência contra o grupo de transgêneros é a exorbitante taxa de assassinatos. O Observatório de Pessoas Trans Assassinadas (TMM⁴) da *Transgender Europe* registrou cerca de 2610 relatos de assassinatos de pessoas trans em 71 países, entre 1º de janeiro de 2008 e 30 de setembro de 2017. Entretanto, não são todos os casos que chegam ao conhecimento das autoridades competentes para o registro desses números. Como sugerem Fedorko e Barredo (2017, p. 18), “dada a limitada disponibilidade de informações de muitos

² Gestora de projeto da TvT. Juntou-se à TGEU em fevereiro de 2014 como gerente de projeto do projeto ProTrans, com o objetivo de proteger melhor as pessoas trans e suas comunidades na Europa contra a violência e a impunidade. É arqueóloga e economista por formação, tem atuado em diversos campos, como projetos de inclusão educacional internacional, defesa dos direitos dos ciganos e empoderamento dos profissionais do sexo. Tem experiência em advocacia, formação e trabalho de capacitação a nível nacional, europeu e da ONU, incluindo violência baseada no gênero, HIV, direitos sexuais e reprodutivos e descriminalização do trabalho sexual.

³ Coordenador de Projetos da TvT. Nascido e criado no Brasil, viveu sete anos no Chile, dois anos na China, e agora vive na Alemanha. No Chile, fundou o Grupo de Apoio à Transmen e logo se tornou membro do conselho do Movimento pela Diversidade Sexual. Na China, ele iniciou a organização estudantil Diversity e co-fundou a TRANScending Borders. Lukas é bacharel em "Comunicação Social", diploma em "Política Mundial", mestrado em "Relações Internacionais e História Mundial" pela Universidade de Nottingham Ningbo na China e Certificado de Graduação em "Política e Prática de Saúde LGBTQ+". A Universidade George Washington.

⁴ A pesquisa Trans Murder Monitoring (TMM), ou, Observatório de Pessoas Trans Assassinadas na tradução livre em português.

países e regiões, estes assassinatos representam de forma realista apenas uma pequena fração da taxa real de homicídios”.

O mapeamento dos assassinatos ao redor do mundo traz números expressivos: Brasil (802), México (229), Colômbia (105), Venezuela (98) e Honduras (79) na América Central e do Sul; Estados Unidos (132) na América do Norte; Turquia (41) e Itália (33) na Europa; e Índia (54), Filipinas (40), e Paquistão (34) na Ásia (DIA, 2016). Os movimentos trans e organizações da sociedade civil possuem forte influência em alguns desses países.

No contexto brasileiro, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) em parceria com o Observatório da Saúde LGBTQ+ e com o Núcleo de Estudos em Saúde Pública do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - Ceam/UnB da Universidade de Brasília (NESP/CEAM/UnB) apresentaram o Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017. A pesquisa aponta que, só em 2017, 179 pessoas trans foram mortas no país. O Brasil garante, dessa forma, a liderança no *ranking* mundial de assassinatos de transgêneros. Apesar do mapeamento, ainda há uma preocupação com aqueles casos que não são denunciados, como reitera a secretária de Articulação Política da ANTRA, Bruna Benevides, em uma entrevista concedida ao Núcleo de Estudos em Saúde Pública da UnB,

Nós não temos hoje no Brasil uma política pública de levantamento de dados, vide a dificuldade de reconhecimento da identidade de gênero e do uso do nome social, bem como uma lei que criminaliza a discriminação contra a população LGBTQ+, portanto, a maior motivação desse relatório é levantar dados a partir daquilo que é publicizado na mídia para que a gente tenha minimamente a possibilidade de materializar a violência que acontece com a nossa população (NESP, 2017).

Segundo relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB), a morte de travestis e trans no Brasil evoluiu de 98 em 2011 para 144 em 2016. Ou seja, apesar dos avanços nos estudos e nas lutas, a transfobia cresce cada vez mais e causa cada vez mais mortes nos país. Além disso, a expectativa de vida do grupo Trans é de 35 anos, o equivalente aos países pobres da África em guerra. Lembrando que a expectativa de vida de uma pessoa cisgênero no Brasil é de 75 anos, 40 anos de vida de diferença apenas por ser trans.

A maioria das trans e travestis no Brasil são expulsas de casa ainda cedo por falta de aceitação familiar e por isso não possuem acesso ao estudo e conseqüentemente ao mercado de trabalho e assim, acabam na prostituição. Segundo a Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) e a Rede Nacional de Pessoas Trans em relatório feito no ano de 2016, o dado é que

82% abandonam o ensino médio e por isso, 95% se prostituem. Somente 5% possuem carteira de trabalho assinada. Esse cenário é fruto de um país transfóbico, sem políticas públicas que abracem esses grupos. Atualmente, na justiça brasileira, ainda é discutido a possibilidade de uso do nome social ou o direito de usar certo banheiro, enquanto isso a morte de trans cresce a cada dia (ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais).

O Estado de Minas Gerais está entre os cinco estados que mais matam trans no Brasil. Pela quantidade de assassinatos em 2016, em relatório publicado pelo GGB está São Paulo com 49 assassinatos, Bahia com 32, Rio de Janeiro com 30, Amazonas com 28 e Minas Gerais com 21 assassinatos. Além de mapear os registros de violência, o relatório do GGB delimitou os perfis das vítimas LGBTQ+s mortas no Brasil em 2016.

O Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQ+ (NUH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) publicou neste ano (2018) um relatório sobre inquéritos envolvendo travestis e trans no estado de Minas Gerais. Segundo o relatório, Belo Horizonte é o município com maiores casos de violência contra trans e travestis, com 9 assassinatos.

Dos 50 casos analisados, 41 deles ocorreram em locais públicos, sendo 36 deles em vias públicas. Em 68% dos casos, a travesti ou trans era a vítima. Em 43 casos, a faixa etária da vítima era inferior a 36 anos, o que comprova a baixa expectativa de vida das trans e travestis no país.

A transfobia é a causa que mais mata trans no Brasil, e diariamente acompanhamos nas notícias cada vez mais casos de mortes. Um dos casos que chamou a atenção da mídia nos últimos anos foi o da travesti Dandara, de Fortaleza, que em fevereiro de 2017 foi agredida por 5 homens até a morte. O assassinato da travesti veio a público após duas semanas, quando vídeos dos atos dos criminosos começaram a aparecer nas redes sociais. Dandara levou chutes, tapas, socos e foi agredida com um pedaço de madeira, enquanto recebia insultos. Em seguida, os homens a colocaram em um carrinho de mão e a levaram para outro lugar. Segundo o inquérito policial, Dandara recebeu, ainda, dois tiros e uma pedrada na cabeça.

No relatório divulgado pelo NUH, a maioria dos assassinatos são com armas de fogo, indicando, também, que a maioria dos crimes contra esses sujeitos são premeditados. Por outro lado, os assassinatos cometidos por trans e travestis são com objetos perfuro cortantes, que indicam, muitas vezes, autodefesa. O relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) revela que “não é só matar. É matar, esquartejar. Para expurgar toda e qualquer

possibilidade de existência e também de humanidade”. A ideia, pois, dos crimes é de aniquilar todo e qualquer direito civil do sujeito trans:

A associação mais comum é com a agressão física, tortura, espancamento e facadas. 85% dos casos os assassinatos foram apresentados com requintes de crueldade como uso excessivo de violência, esquartejamentos, afogamentos e outras formas brutais de violência. O que denota o ódio presente nos casos. Onde vemos notícias de corpos gravemente mutilados, tendo objetos introduzidos no ânus das vítimas, tendo seus corpos incendiados e jogadas de viadutos (ANTRA, 2018).

Nota-se que os crimes contra as pessoas trans são inúmeras vezes mais violentos. Há sempre uma necessidade de mutilar, humilhar e denegrir a imagem desses indivíduos. Dessa maneira, o termo *genocídio* torna-se o mais adequado para definir os crimes acerca dos sujeitos trans.

2.3 Educação

A ONG *Transvest*, além de ter como objetivo construir uma maior integração e dar dignidade aos transgêneros, implantou um curso pré-vestibular para oportunizar o acesso à educação a esses sujeitos colocados à margem da sociedade. Começamos com esse exemplo justamente porque queremos refletir como a pedagogia e o ato de lecionar estão ligados diretamente aos aspectos socioeconômicos-culturais. Partindo da teoria de Paulo Freire (1999), p. 36), que diz “somos seres inacabados e inconclusos”, sugere-se, então, que precisamos estar em constante busca por adquirir novos conhecimentos, práticos, técnicos ou por meio das nossas experiências. O educador está associado às práticas sociais e éticas advindas dos seres humanos. Em seu livro, *Pedagogia da Autonomia*, Freire (1999) elenca uma série de críticas às formas de ensino tradicionais. Para o autor, “ensinar não é transferir conhecimento” (p. 21), o educador deverá, assim, respeitar a autonomia e a identidade do educando. Há um questionamento sobre a função do educador autoritário e conservador, que não possibilita a participação dos alunos, não respeitam suas curiosidades, insubmissões e ignoram as suas vivências adquiridas no decorrer da vida e do seu meio social.

Paulo Freire (1999) defende o ensino democrático entre discentes e docentes. Para ele, a troca de experiência e aprendizado nas salas de aulas contribuem para o desenvolvimento e a

formação dos seres humanos. Tendo em vista que atitudes vindas do professor para com o aluno poderão marcar a vida do sujeito e contribuir positivamente ou não para a sua evolução. Em seus métodos, ressalta a importância do comportamento curioso de um aluno, pois aflora no sujeito o seu senso crítico e questionador. Ressalta, ainda, que o ensino dinâmico desenvolve a curiosidade sobre o que ele chama de *o fazer e o pensar sobre o fazer*. Freire (1999) evidencia, acima de tudo, a necessidade do respeito, da compreensão, da humildade e do equilíbrio das emoções entre professores e alunos em sua metodologia de ensino. Nas palavras de Freire:

Na relação entre professor e aluno se faz necessário à troca mútua de saberes, uma vez praticada esta relação proporcionará uma nova aprendizagem, sendo que o educador deixará de ser um mero transmissor de conhecimento e o aluno um sujeito, apenas receptor. Havendo essa relação ocorrerão novas aprendizagens, estas sendo significativas para ambos. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender (FREIRE, 1999, p. 23).

Paulo Freire (1999) nota, ainda, que há diferenças na forma de tratamento às pessoas em relação ao seu nível social. Para o autor, educar é, também, respeitar as diferenças sem preconceito. A discriminação, dentro e fora da sala de aula, é um ato imoral, vai contra a democracia e o princípio constitucional da dignidade do ser humano.

O escritor diferencia a autoridade docente democrática e a autoridade docente mandonista. Freire explica que, a autoridade mandonista não inclui no método de ensino a criatividade do aluno. Assim, a autoridade coerentemente democrática, fundando-se na certeza da importância de si mesma e da liberdade dos educandos, para construir um clima de real disciplina, jamais minimiza a liberdade, convicta de que a verdadeira disciplina não existe na estagnação, no silêncio dos silenciados, mas no alvoroço dos inquietos, na dúvida que instiga, na esperança que desperta (FREIRE, 1999). Freire aborda a autoridade e a liberdade de forma que a compreensão sobre a afetividade disposta no terreno da educação cria uma relação coerente com a ética, permitindo, assim, a ruptura e o risco, sem deixar de ter responsabilidade. A luz dessa teoria, Freire defende:

O professor autoritário impossibilita de o educando ter um crescimento. O mesmo tem que dar possibilidades para seu educando tenha autonomia, esta que possibilita a criança ter novas aprendizagens, além de que o educador deverá respeitar a curiosidade do seu aluno, fator este primordial no ambiente escolar. A curiosidade aguçada promove uma aprendizagem significativa e o professor ao ver este ponto deverá respeitar e trabalhar nesse sentido, para promover um ambiente estimulador e questionador. O respeito à

autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. (FREIRE, 1999, p. 59).

No contexto da ONG Transvest, compreendemos que houve uma ação primordial em implantar não só um cursinho pré-vestibular, mas, também, uma instituição que suprisse algumas necessidades básicas daqueles que o frequentam, uma vez que, o público alvo é vulnerável e tem uma carência de recursos. Já no âmbito universitário, as instituições deveriam ter esse mesmo papel de acolhimento em casos desses sujeitos em situação de vulnerabilidade social. Nesses casos, Paulo Freire (1999) reforça a ideia de que os professores têm uma responsabilidade social e democrática perante os alunos. Estes têm a obrigação de desfazer de sua ignorância para ouvir os alunos, sem limitá-los. Freire (1999) sugere a necessidade de uma mudança de postura dos profissionais para colaborar com a melhoria de condições e qualidade de vida. Dessa forma, ocorre uma tentativa de ruptura com qualquer forma de discriminação e injustiça.

Neste aspecto, Paulo Freire (1999) é contra a minimização da população mais carente quanto à imposição da sociedade mais favorável de colocá-la em circunstâncias degradáveis e imutáveis. Freire afirma que essa atitude os conduzem a uma alienação, resignação e conformismo. Nestes casos, os docentes exercem grande influência para que haja mudança social. O escritor diz, ainda, que há uma necessidade de se fazer florescer uma nova consciência nos discentes. A profissão de educador está ligada às práticas sociais e éticas, com situações de fragilidade física e emocional dos seres humanos.

Paulo Freire (1999) aponta a necessidade de reinvenção do educador e estabelece:

O professor constantemente deve fazer uma auto avaliação, verificando onde precisa melhorar, fazendo os seguintes questionamentos: em que devo melhorar, por que melhorar. A partir do momento em que o educador faz estes questionamentos, o mesmo buscará novas formas de repensar a sua prática pedagógica, uma vez que, fazendo estes questionamentos, possibilitará o educador a rever as suas metodologias, das quais são necessárias para sua prática pedagógica, assim obtendo um bom êxito no ambiente escolar. Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. (FREIRE, Paulo, p. 39).

Paulo Freire (1999) assegura que cabe ao educador transmitir confiança e credibilidade, dispor de meios de linguagem de fácil entendimento para a população, ouvir e aceitar críticas, ceder espaço e liberdade de opinião a essas pessoas marginalizadas pela sociedade e carente de recursos. Cabe à sociedade obter a consciência de que o ser humano é único e as leis e direitos

são universais, lutar pelos nossos direitos, visando viver e fazer os outros viverem dignamente, e defender o que ou quem necessitar.

A Educação Popular adota uma metodologia educacional voltada a privilegiar o contexto cultural enraizado na realidade social dos educandos como meio de constituir novos saberes. Assim, por meio do desenvolvimento de uma noção crítica, eleva-se o diálogo e a participação comunitária como forma de transpor os educandos à uma posição ativa frente ao contexto social, político e econômico em que vivem. O conceito de *educação popular* é defendido pelos autores Paulo Freire e, com base em seus métodos, por Carlos Rodrigues Brandão.

Para os mais entusiasmados, *educação popular* parece não existir apenas fora da escola e à margem da “educação escolar”, de um “sistema de educação” e, até mesmo, “da educação”, resistindo a todas as outras vertentes, sustenta o psicólogo e autor Carlos Rodrigues Brandão (2006, p. 6). Além disso, sugere que a *educação popular* “não parece ser um modelo único e paralelo de prática pedagógica, mas um domínio de ideias e práticas regido pela diferença, para explorar o próprio sentido da educação”.

Brandão subdivide a *educação popular* em quatro sentidos: educação da comunidade primitiva, anterior à divisão social do saber; educação do ensino público; educação das classes populares; e educação da sociedade igualitária. É incontestável a necessidade de *ensinar-e-aprender* para a sobrevivência dos grupos humanos, desde os primórdios de sua existência. “É necessário que se criem situações onde o trabalho e a convivência sejam também momentos de circulação do saber” (BRANDÃO, 2006, p. 9). É possível dizer, então, que esse é o primeiro sentido de *educação popular*. “As primeiras situações em que a convivência estável e a comunicação simbólica transferem intencionalmente tipos e modos de saber necessários à reprodução da vida individual e coletiva” (BRANDÃO, 2006, p. 9).

Por outro lado, a primeira exemplificação de *educação popular* surge com a divisão social de trabalho e com a separação do poder comunitário e da vida social. Brandão explica o contexto na sociedade:

Poucos especialistas de artes e ofícios, como os da religião primitiva, em algumas tribos, com pequenas diferenças todos sabiam tudo e entre si se ensinavam-e-aprendiam, seja na rotina do trabalho, seja durante raros ritos onde, solenes e sagrados, os homens falavam aos deuses para, na verdade, ensinarem a si próprios que eram eles, e por quê (BRANDÃO, 2006, p 11).

O conceito de *educação popular* surge por meio dos movimentos civis e lutas pela democratização do ensino brasileiro. Apresenta-se uma discussão em torno da relação entre o Estado, a sociedade civil e a educação das classes populares no Brasil. A escola pública é a primaz do movimento de mobilização nacional pela educação universal. Porém, apesar deste avanço, a omissão de uma política educacional e deserção da responsabilidade para com o ensino gratuito, agregado aos fatores sociais externos à educação, acabaram ocasionando em progressos lentos, que maleficiam a melhora dos índices escolares às minorias. Fundamentado na *luta pela escola pública* e das iniciativas de *combate ao analfabetismo*, a educação alcançou grande melhorias. Contudo, à luz da pesquisa de Brandão (2006) e da percepção social que temos, é nítido que “o ideal de uma educação popular liberal foi um projeto nunca plenamente realizado no Brasil”. O índice de analfabetismo, ainda, é exorbitante, principalmente em áreas de exclusão urbana. Embora seja uma luta social comum a todos, ainda é uma pequena parcela da sociedade que se mobiliza pela causa. A política pública não é eficaz para atender a demanda que o tema exige. Assim, explana Brandão

Mesmo em graus elementares, a escola pública é deficiente e deixa ainda à margem de uma educação escolar adequada um número muito grande e persistente de crianças e adolescentes pobres. Finalmente, todo o processo de modernização do sistema escolar não resultou, até agora, em uma oferta de educação compatível com as necessidades de instrução, formação, instrumentalização e capacitação das pessoas de povo (BRANDÃO, 2006, p. 21).

Por consequência dessa diligência, aparece “ideias e propostas de uma *educação popular*, no lugar onde antes ela foi pensada como *escola pública*”. A característica substancial do conceito de *educação popular* é a ampliação da sua possibilidade de ser livre. A *educação popular* é voltada a sujeitos, grupos e classes sociais proscrita da sociedade, possibilitando suas presenças e a manifestações de poder, diminuindo, assim, o grau de marginalização. À vista disso, indicado por Brandão (2006), o poder público:

É responsável pela distribuição do saber escolar e esta foi, não esqueçamos, uma conquista democrática. Outra, mais avançada, mais no horizonte a frente de uma nova luta pela educação democrática, é a progressiva conquista do poder de participação popular na decisão dos modos e destinos de realização de uma educação que o poder público dirige ao povo (BRANDÃO, 2006, p. 29).

No âmbito educacional, é responsabilidade do educador conduzir à produção e reprodução do poder popular por meio de uma construção coletiva, ministrando um saber popular. Para tal, se faz necessária a exteriorização do modelo oficial da escola e da educação. Por essa razão, “houve um esforço para associar a educação popular a um modo alternativo de trabalhar com o povo através da educação” (BRANDÃO, 2006, p. 28).

Ainda conforme os estudos de Carlos Rodrigues Brandão, o propósito histórico é popularizar e democratizar a sociedade por meio de uma *educação popular* e, com isso, conclui:

Ao mesmo tempo que é necessária e legítima a ampliação de experiências autônomas e alternativas de uma educação popular realizada entre movimentos populares, movimentos sociais e agências civis de educadores participantes, é também importante a redefinição da educação pública de modo a que, à custa de lutas e conquistas, ela venha a se transformar em uma educação oferecida, pelo poder de Estado, a serviço de interesses e projetos das classes populares (BRANDÃO, 2006, p. 29).

Brandão (2006) aborda, ainda, em sua pesquisa duas vertentes da *educação popular*: primeiro, como processo geral de reprodução do saber e como educação da comunidade; segundo, como trabalho político de luta pela democratização do ensino escolar por meio da escola laica e pública (2006, p. 30). O autor julga que nessa sociedade desigual a qual pertencemos, o sistema institucional de educação ocasiona *instruídos* e *excluídos*, e frui a concepção de que a educação é para além das escolas e salas de aula. Posto isto, Brandão (2006) elucida como o processo de *educação popular* pode ser considerado um projeto eficaz:

Assim, ao lado dos sistemas formais e regulares de ensino escolar, coexistem domínios profissionalizantes de saber de confraria⁵. Coexistem formas livres, familiares, vicinais, comunitárias de trocas de conhecimentos imersas em outras práticas sociais, como as que vão do trabalho na lavoura aos ofícios de ferro do catolicismo popular. Artifícios múltiplos de educação do povo (2006, p. 30).

Paulo Freire (1999) e Carlos Rodrigues Brandão (2006) defendem o método da *educação popular* para alcançar o êxito de uma sociedade democrática e devidamente multisciente. Para tanto, há, atualmente, uma gradativa propensão de articulação do que Brandão chama de “movimentos profissionais e populares”, cujo objetivo é agregar forças em prol da conquista imediata e crescente de mais direitos populares à educação escolar pública e de mais deveres

⁵ Exemplos: o ensino que forma o psicanalista em uma sociedade fechada de psicanálise, o que prepara o sacerdote em um convento, um artista em uma “escola livre” de pintura, e o que forma, no trabalho, artesãos de madeira, ferro, couro e ouro.

sociais de participação popular na gestão de sua própria educação escolar. Por esse motivo, torna-se complexo transformar uma educação pública em uma educação popular, de todos os seus modos e níveis (BRANDÃO, 2006).

De toda maneira, consideramos que o advento do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que teve como objetivo ampliar o acesso e permanência na educação superior, contribuiu para a inclusão de setores antes excluídos do sistema educacional público superior. O projeto começou em 2002, no governo Lula, tendo Fernando Haddad como Ministro da Educação. O programa aumentou o número de vagas nos cursos de graduação, ofertou cursos noturnos, implementou estratégias pedagógicas de combate à evasão, além de outras metas com o intuito de diminuir a desigualdade social. Ele ainda contribuiu para a interiorização dos campi das Universidades Federais, já que o número de municípios abrangidos pelas Universidades Federais passou de 114 em 2003 para 237 até 2011. Foram criadas 14 novas Universidades e 100 novos campi. A Lei Federal de Cotas, de agosto de 2012 também contribuiu para a popularização das universidades públicas, pois permitiu maior diversificação na entrada de alunos nas instituições, já que previa que 50% das vagas ofertadas por universidades públicas fossem destinadas a cotas sociais e raciais. Isso fez com que pessoas oriundas de escola pública, de baixa renda, negros/as e indígenas tivessem maior oportunidade de ingresso no ensino superior. Desde 2013, quando a lei foi implementada, o número de alunos cotistas nas universidades públicas passou de 50.146 para 127.282, apresentando crescimento de 154% (MEC, 2019).

2.4 Reportagem

“Registrar, historiar, opinar e reclamar são funções diferentes que produzem efeitos também diferentes, conforme o objetivo do emissor”, é dessa forma que os autores Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1986) explicam como atingir diferentes reações ao produzir uma reportagem. Em seu livro “Técnica de Reportagem - Notas sobre a narrativa jornalística”, Sodré e Ferrari apresentam meios práticos e esclarecedores para escrever uma reportagem jornalística de qualidade. Citando veículos impressos de grande notoriedade no Brasil, os autores expõem métodos para lidar com esse gênero jornalístico de maneira distinta e objetiva. Além disso, os

escritores evidenciam a importância de enfatizar que a ótica dos leitores, que são parte fundamentais da reportagem, pode ser inserida de diversas formas e, assim, cria-se uma singularidade na escrita. O livro traz, também, a primordialidade da objetividade de conquistar e afetar os sujeitos que leem a reportagem. Isso demonstra que a narrativa deve ser humanizada e notória, conceito defendido por Sodré e Ferrari como técnicas de reportagem.

A reportagem tem que ser verdadeira, nem sempre é fácil ser original tampouco é bom deixar o leitor na expectativa de algo fantástico e depois decepcioná-los. O ideal seria que a abertura de uma reportagem adapte-se ao gênero: na entrevista, uma citação, na reportagem de fatos a principal sequência narrativa em forma de notícia (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 67).

Tendo os argumentos utilizados pelos autores, fica evidenciado que uma das preocupações na construção de uma reportagem é a verossimilhança entre o fato acontecido e o fato narrado. Fazendo o possível para que a narração seja plausível e enfática. Assim, os autores destacam

Os fatos - e as referências a que estão ligados - serão relatados com precisão, garantindo, mais ainda, a verossimilhança. As principais características de uma reportagem: predominância da forma narrativa, humanização do relato, texto de natureza impressionista e objetividade dos fatos narrados (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 15).

No que diz respeito a produção de uma grande reportagem, no jornalismo, construir sentido é reduzir incertezas. Porque a realidade não pode ser contada aos outros por inteiro, noticiar é selecionar fatos para organizar um sentido (PEREIRA JÚNIOR, 2006). Configura-se, então, ao jornalista a responsabilidade de consolidar uma realidade segura para o público, mas sem tornar o fato uma veracidade findada e absoluta. O papel do jornalista é apresentar a situação preservando a verossimilhança entre o ocorrido e a forma de narrar o que ocorreu. Por isso, a conduta do jornalista só poderá ser a de quem busca uma única e exclusiva "verdade". Mas com espírito aberto para não cegar diante de evidência contrária ou ignorar a pluralidade de versões possíveis (PEREIRA JÚNIOR, 2006).

O autor e jornalista Luiz Costa Pereira Júnior (2006) utiliza o termo *disciplina de verificação* cuja premissa é criar mecanismos para diminuir a possibilidade de incertezas primárias no jornalismo. “Para isso, a apuração de informações para uma reportagem implica

uma determinada sequência de procedimentos” (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 76). Acerca desses métodos para a produção de uma reportagem, o autor sugere que

O planejamento para a apuração de informações não só organiza a edição como representa uma cadeia produtiva em si. Implica uma rotina de apuração já na formulação da pauta e que se continue a apurar informação mesmo durante o controle de qualidade, que é o processo de edição. Grosso modo, há três momentos em que se pode testar a disciplina de verificação adotada numa reportagem: 1- planejamento da apuração; 2- revisão do material apurado; 3- revisão das informações editadas (PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. 2006, p. 76-77).

Sobre a importância de evidências coerentes, nota-se que a construção de uma narrativa se baseia em uma apuração correta das informações. Há uma necessidade de fundamentar as vozes dentro das notícias para que não sejam anuladas e postas à prova, pois a reportagem é estruturada com entrevistas, relatos, interpretações de documentos, provas e contraprovas, o que Pereira Júnior (2006) chama de mediações e discursos. Compete ao repórter, ainda, encontrar indícios nas versões, saber identificar possíveis contradições e levar ao leitor uma tradução mais próxima da realidade dos fatos. Pereira Júnior (2006, p. 71) julga que os critérios utilizados pelos jornalistas devem ser bem avaliados “para não se deixar levar por falhas de percepção, pela rotina produtiva, pelo engano das fontes”.

A apuração de informações, a investigação, é a pedra de toque da imprensa, seu álibi, a condição que faz um relato impresso ser jornalismo, não literatura. É a espinha dorsal do trabalho jornalístico. Mas entre a descoberta de um rumor e a publicação da notícia, zonas de sombra se instalam, sinais amarelos se acendem (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 73-74).

Chama-se atenção para a probabilidade de existir uma limitação da apuração jornalística e aponta que é indispensável uma visão plural dos fatos

O que chamo de visão plural dos incidentes noticiáveis é a conjugação de dois fatos, que não podemos ignorar é o nível de incerteza - a consciência da fragilidade dos resultados, de como é relativa a validade do que se apurou. E a necessidade de solidez - a sensibilidade de saber o quanto o destinatário da informação deseja um chão sólido para posicionar-se (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 72-73).

Ainda sobre as investigações no jornalismo e a averiguação das circunstâncias, o livro “A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa” (PEREIRA JÚNIOR, 2006) traz o

passo a passo dividido em quatro fases: a elaboração da pauta, que subdivide em três etapas, a procura de pista inicial, uma primeira sondagem e a elaboração da pauta; a pré-produção, que é a combinação da análise das fontes e de uma sequência de abordagem; a produção, que é, de fato, a confrontação de informações e a checagem; e, por fim, a pós-produção, visando a elaboração da redação final, do produto visual da reportagem e de uma reserva de documentação.

Com a chegada da internet, a confiabilidade das notícias entrou em risco. Uma vez que, há uma propagação que não pode ser medida de matérias que percorrem a rede, independente da sua veracidade. O ato de investigar requer tempo, esforço e parte de uma lógica de obter bons resultados. Entretanto, na era tecnológica, veículos de comunicação cravam uma batalha em que a prioridade é investir em modernizar a infraestrutura e tecnologia e não em uma produção de conteúdo qualificado (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 75).

É vítima de manuais e compêndios de jornalismo, cuja ênfase recai na pedagogia do estilo, não da apuração. Sofre as tentações da era da internet, com o acesso fácil a dados sem que se faça investigação, e das assessorias de imprensa, que mastigam informação para redações despovoadas e sobrecarregadas, em ofertas *fast-food* (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 75).

Erik Neveu (2010) aborda a presente inundação de fontes no jornalismo e afirma que uma das competências do jornalista é construir sua própria rede de acordo com a sua especialização e seu contexto social, para que sempre tenha acesso às notícias que surgem em determinado lugar. Essas fontes, no entanto, “nunca são passivas, mas proativas” (NEVEU, 2010, p. 34) e atuam como uma espécie de assessoria cujo o objetivo é congestionar as redações com um grande fluxo dos mais variados tipos de notícias. O principal motivo disso é o que Phillip Schlessinger (1987) chama de “profissionalização das fontes”, que antecipam a notícia, ponderando o momento e seu valor. Um modelo que está em crise, pois dá prioridade ao lucro, diminuindo redações, recursos de apuração e aumentando o número de anunciantes.

Maximizar as audiências e os lucros e ao mesmo tempo reduzir os custos de produção significa diminuir o tamanho das salas de redação e redes de correspondentes, reduzir

orçamentos para a reportagem e recrutar jornalistas autônomos perigosos. Este exército crescente de autônomos, com o medo constante do desemprego, fica mais aberto às sugestões amigáveis dos redatores com relação à orientação de um serviço antes de qualquer trabalho de campo. [...] Estas evoluções redefinem o valor das notícias de acordo com a habilidade das áreas de cobertura e o estilo de relatos que maximizam as audiências e evitam o excesso do espírito crítico capaz de prejudicar ou produzir uma reação de anunciantes importantes. (NEVEU, 2010, p. 36).

Com o advento da internet, a crise nos modelos tradicionais de jornalismo, as redações e o próprio jornal de papel, físico, perdem cada vez mais o seu valor, se tornam obsoletos. “Nos EUA mais e mais jornais estão fechando sua edição em papel a fim de manter apenas uma edição on-line, que nem sempre é lucrativa!” (NEVEU, 2010, p. 38). Dessa forma, o trabalho do jornalista mudou e está se adaptando para esse novo meio, onde o processo é mais fluído e global, mas não necessariamente melhor.

Contudo, o impacto da Internet sobre a produção de notícias vai muito mais além da simples ampliação de tendências já visíveis ele muda o próprio emprego de um jornalista. Num mundo de negócios, com poderosos grupos de mídia, esta mudança chama-se convergência. Os jornalistas não trabalham mais para um jornal ou para um tipo específico de mídia; eles alimentam toda mídia e todos os canais dos seus empregadores com notícias. O próprio processo de convergência dificilmente pode ser questionado por si mesmo. Não é mais lógico e mais empresarial aproveitar da melhor maneira possível as aptidões dos jornalistas em diferentes tipos de mídia, destinar uma reportagem de notícias para o canal mais apropriado, levando em conta variáveis tais como a velocidade de difusão ou alcançar audiências específicas? (NEVEU, 2010, p. 38).

A internet permite, então, transformar qualquer pessoa em jornalista, independente de estudo ou formação. Através de um blog, um site, qualquer um pode produzir informação, conteúdo e atrair público, deixando os veículos “oficiais” de informação enfraquecidos. Ainda, através das redes sociais, como *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e etc., qualquer notícia pode ser publicada e divulgada em tempo real, sem a necessidade do jornalista. Ou seja, o papel do jornalista e o processo de apuração estão cada vez mais enfraquecidos nessa nova dinâmica.

Mas entre os milhões de blogs, mesmo se uma pequena porcentagem produzir diversos tipos de para- ou metajornalismo, isto significa uma galáxia de suprimento de notícias. [...] O novo mapa indecifrável do suprimento de notícias também resulta da oportunidade de postar e baixar vídeos, às vezes filmados de um telefone celular, em sites como YouTube. Resulta da conexão crescente entre as redes sociais (Twitter, Facebook) e a circulação e produção de notícias, ou a invenção de mídia alternativa, tais como o Coreano OhmyNews (KIM & HAMILTON, 2008), onde cidadãos comuns trabalham com jornalistas profissionais. Para os usuários da rede, o resultado é um suprimento quase infinito de sites gratuitos de notícias, com esquemas de escrita

codificada e moldes narrativos parecidos com os da imprensa e da mídia “oficial”. Neste novo “mar de narradores”, nem sempre é fácil conseguir a resposta para perguntas muito simples tais como Quem fala (uma mídia, uma empresa, um lobby?), quem escreve (um jornalista, um relações públicas ou um torcedor ou um ativista?) E para que (informar, pleitear, criticar?)? (NEVEU, 2010, p. 39).

E para os jornalistas, esse novo contexto mostra que é preciso se reinventar para continuar empregado e por isso, adiciona diversas novas funções na sua rotina, de modo a se adaptar e esses milhões de “novos jornalistas” que a internet produz.

Além da variedade de reorganizações objetivas e experiências subjetivas, as principais tendências entre os jornalistas parecem ser de insatisfação e estresse. A convergência piora as condições de trabalho e questiona a autoestima, que é um dos pilares da satisfação com o emprego (NEVEU, 2010, p. 39).

A nova rotina mostra uma deterioração da profissão, visto que é preciso se desdobrar em milhares de funções para conseguir estar dentro dessa nova dinâmica. Além disso, o jornalismo em si é prejudicado pois falta tempo para uma boa apuração levando em conta a atual rotina.

Ao estudar o grupo multimídia Metro nos EUA, Eric Klinenberg (2005) capta o aumento de estresse enfrentado pelos jornalistas no mundo da convergência, onde cada hora é um prazo final, e se vive sob a pressão constante de alimentar a mídia certa com o conteúdo certo. Um jornalista explica esta pressão ao descrever as rotinas cotidianas como estar preso num “ciclone informacional”. O maior estresse, no entanto, vem de sentir-se treinado de maneira insuficiente para trabalhar devidamente em mídias diferentes, da ansiedade de ser um malabarista que tem que produzir para o website, a imprensa, o rádio e a televisão. (NEVEU, 2010 p. 39).

“A construção social dos sentidos acontece na rua, no cotidiano e na oratura cujas marcas de estilo revelam a poesia dos cantadores anônimos. Ao relacionador de vozes e gestos cabe coletar esses textos, ligá-los e partilhar os sentidos da produção intertextual” (MEDINA, 2003, p. 74). Neste sentido, trazemos na grande reportagem produzida uma abordagem baseada na ideia de humanização do relato. Para adquirir uma *função solidária*, a comunicação humanizada é construída por meio da pesquisa, da sensibilização e da prática de dialogias.

Um mediador-autor constrói uma narrativa contemporânea que ultrapassa a função disciplinada nas sociedades industriais e pós-industriais. Justamente autor, porque a identidade lhe dá o diferencial. Por sua vez, a marca de autor denuncia a identidade cultural: aquele autor só poderia surgir daquele grupo

humano que se expressa numa textualidade registrada - a literatura - e numa textualidade da rua, do cotidiano, que atinge a dignidade e grandeza da oratura. O estudioso que pavimenta a estrada profissional ou epistemológica como um ser solidário ao seu tempo inspira-se constantemente na literatura (*lato sensu*, o gesto da arte) e na oratura polifônica, a das diferenças culturais (MEDINA, 2003, p. 77).

É preciso que haja certa distância entre o repórter e a fonte. Porém, há uma necessidade de evidenciar ambas visões de mundo, do interlocutor e do comunicador. Para isso, Cremilda Medina (2003) marca a importância da troca, do embate, da interatividade entre os dois. Mesmo que ideias, ideologias e vivências sejam divergentes, a narrativa deve apresentar um ponto em comum e apontar para uma mesma vertente, não deixando que as premissas técnicas se sobressaiam às questões humanas. “Pela visão de mundo passam ideologias e paradigmas, mas a inquietude de vida não se acomoda nem na certeza ideológica nem na promessa da razão científica” (MEDINA, 2003, p. 80).

2.5 Perfil

Achamos adequada a complementação da reportagem com a escrita de perfis, visto que esse formato contribui para ampliar a compreensão dos/as leitores/as sobre o assunto tratado. “A singularização do indivíduo demanda um espaço que requer uma relativa liberdade para quem escreve sobre o outro” (MAIA, 2013, p. 176). Para descrever um indivíduo em um perfil, o jornalista tem certa liberdade para definir o enquadramento. O perfil é uma narrativa mais flexível, não necessariamente definida em um texto convencional, e pode ser dividida em quatro dimensões: reflexiva, especulativa, modelizadora ou fugaz. Nas palavras da jornalista e autora, Marta Maia:

O *perfil* pode ser compreendido como a possibilidade de composição do sujeito pela escrita de sua trajetória no espaço e no tempo. Os diversos ângulos dessa composição serão delineados pelo jornalista a partir do processo de captação, bem como por seu olhar seletivo (MAIA, 2013, p.177).

Ainda nesse entendimento, o jornalista Villanueva Chang (2010) questiona “o que define uma pessoa: o que ela diz, o que ela esconde ou o que faz?”. Essas três questões determinam parâmetros para a criação e revela a subjetividade existente nesse processo. Apesar deste enquadramento, sabe-se que o perfil pode ser compreendido em qualquer outro gênero. Assim, Melo (2010) define cinco gêneros: informativo, interpretativo, utilitário, diversional e opinativo.

Seguindo esses conceitos, Marta R. Maia argumenta que o formato de perfil pode ser compreendido na intersecção desses cinco gêneros: o informativo foca em dados, números e quantificações dos sujeitos, mas também é possível direcionar esse panorama para o gênero interpretativo; o utilitário é reproduzido a partir da visão do sujeito como um instrumento que possui indicações que podem interessar ao leitor; o diversional, que humaniza o relato; o opinativo, que surge com uma caracterização positiva ou negativa do perfilado.

Ainda pela ótica da autora já citada. “A produção de *perfis* sugere, portanto, composições direcionadas por gêneros específicos de maneira relativamente autônoma, podendo, ainda, ser caracterizada pela intersecção de todos eles, dependendo da abordagem dada pelo jornalista e da linha editorial adotada pelo veículo de comunicação”. (2013, p. 178)

Os autores Sodré e Ferrari (1986, p.178) expõem dois possíveis comportamentos dos jornalistas no método da construção de um perfil: distanciamento, em que o perfilado tem a fala dominante, sem a presença nítida do entrevistador. É construído em uma narrativa com discurso direto, onde o entrevistado se apresenta; interação, em que o leitor se depara com as impressões e experiências vividas entre entrevistado e entrevistador, aqui apresenta-se um texto mais autoral.

Sodré e Ferrari apresentam, ainda, um terceiro comportamento dos jornalistas: o entrevistador desconhece o perfilado e, assim, prioriza a narração do momento do primeiro encontro. Define-se aqui os tipos de personagens em um perfil: personagem-indivíduo, com retrato psicológico; personagem-tipo, associado aos atributos específicos de seu meio; personagem-caricatura, revela indivíduos “estranhos”.

O *perfil* pode ser delimitado, de acordo com Marta Regina Maia (2013), a partir de duas angulações: a padrão, onde o sujeito é descrito por uma perspectiva linear, ancorada em lógica assertiva (começo, meio e fim), construída em uma narrativa convencional; a difusa, fundamentada sob uma superfície irregular, trazendo diferentes elementos ao longo do texto, dando ao leitor a liberdade de formar a trajetória, aqui a narrativa apresenta-se como não convencional (MAIA, 2013).

O jornalista Ricardo Kotscho (2009) alega que características importantes no jornalismo, como a objetividade e a linearidade, caem por terra ao construir um perfil. Os indivíduos demandam diferentes maneiras de apuração. Neste caso, a construção do perfil pede certa subjetividade.

Em relação ao comportamento do jornalista perante o perfilado, temos que considerar que “se o repórter não consegue tentar entender quem é o outro neste processo, corre o risco de tornar-se um ser ‘asséptico’ desprovido de sua própria humanidade” (MAIA, 2006).

Ademais, a construção de um perfil exige paciência do entrevistador. Ouvir sem influenciar na opinião do perfilado. Para isso, Gay Talese sugere que compete ao jornalista “[...] nunca interromper quando alguém tem dificuldade para se expressar, pois nesses momentos hesitantes e confusos [...] as pessoas quase sempre são muito reveladoras” (2009, p. 73).

Em suma, não temos como dizer que há uma maneira correta para se construir um perfil, porém, podemos seguir nos atentarmos ao seguinte método:

Cabe ao jornalista saber transportar, para os textos, enquadramentos que, paradoxalmente, transbordem sutilezas, delicadezas e somenos das histórias de vida, indispensáveis para a construção da história passada, da inquietação presente e da perspectiva futura (MAIA, 2013, p. 187).

O jornalista peruano Julio Villanueva Chang (2010), pondera a discussão acerca dos desafios dos escritores de perfis e define o gênero como “a escavação de uma personalidade”. Aponta, também, os dois tipos de personagens aptos para *heróis anônimos* e *heróis conhecidos*. Chang sustenta, ainda, que há outras formas de escrever um *perfil* e sugere um meio, “tentar conhecer o sujeito pela diagonal, ou seja, pelos olhos de outras pessoas” (CHANG, 2010). O jornalista afirma de forma categórica a existência de certa dificuldade em se escrever um *perfil* e de lidar com as fontes, “há pessoas que passam parte da vida dizendo que não podem lhe atender e temos que aprender a meter o pé na porta, antes que ela se feche”.

3. PLANO DE TRABALHO E PAUTA ESTENDIDA

Princípios Editoriais (diretrizes do produto) e linha editorial

Como exposto na justificativa da escolha temática, sabemos que a comunidade trans é pouco representada na mídia e quando é, normalmente apresenta alguma forma de estereotipação para esses corpos. A grande reportagem irá apresentar esses corpos por outro olhar, usando o viés da educação, da inclusão e convivência dentro do ambiente da universidade. Qual foi a trajetória para que esses corpos conseguissem estudar, a complexidade de se manter em um ambiente de aceitação, mas também de muito preconceito e como é construir essa identidade dentro da universidade, juntos aos colegas e docentes. Entrevistamos alguns trans que frequentam a Universidade Federal de Ouro Preto e abordamos todas essas questões. Ademais, conversamos também com profissionais a respeito da educação, políticas de inclusão e sobre gênero dentro da universidade. Incluímos, também, a ONG *Transvest*, pois acreditamos que seja uma iniciativa e uma oportunidade de extrema relevância para que cada vez mais corpos desse grupo ocupem o ambiente universitário.

Briefing (delimitando uma noção de público-alvo/leitor)

O público-alvo latente abrange uma maior parcela da população. Porém, acreditamos que os maiores interessados se encontrariam na faixa etária entre 18 e 30 anos, os chamados jovens-adultos. Homens e mulheres que se atraem pelo assunto, com ensino superior completo e incompleto.

História da ONG

A ONG/cursinho *TransVest* é um projeto denominado artístico-pedagógico que tem como objetivo combater a transfobia e incluir travestis, transexuais e transgêneros na sociedade. Desde 2016, o projeto vem sendo idealizado, ganhando parceiros, força e conta com uma sede, localizada no Edifício Maletta – centro de BH. A *TransVest* é um espaço *queer*⁶, onde ocorre: estudos sobre as culturas LGBTQ+, formação de *Drag Queens*, pré-vestibular para as/os trans e atividades que fomentam a visibilidade de suas identidades. Sem apoio governamental, todas as atividades realizadas são gratuitas e acontecem por meio de trabalho voluntário.

Idealizada pela travesti Duda Salabert, a *TransVest* surge em uma sala alugada e, de início, voltada para o pré-vestibular. Entretanto, mesmo com toda a divulgação e publicidade, Duda não

⁶ A teoria queer, segundo o filósofo, Paul Preciado, é uma teoria de empoderamento dos corpos subalternos e não o empoderamento assimilacionista. O empoderamento que nos faz fortes em nossas margens e ocupar os espaços com nossos corpos transviados.

obteve retorno do público alvo, pois se deu conta de que a maioria das travestis e transexuais não concluíram o ensino fundamental e médio. Assim, a fundadora da *TransVest* precisou mudar o rumo do caminho da ONG, que passou a oferecer cursos de acordo com a demanda e necessidade daqueles que a procuravam. Dessa maneira, o cursinho da *TransVest* introduziu atividades diversas em seu plano: palestras sobre as culturas LGBTQ+⁷, oficinas artísticas, pré-vestibular, supletivo, curso de libras e cursos de línguas (inglês, francês, espanhol e italiano).

A *TransVest* tem alcançado gradativamente mais visibilidade não só na comunidade LGBTQ+. A ONG/cursinho ganhou em 2018 o Prêmio Beagá Cool⁸, na categoria “Projeto Social Mais Criativo” de 2017. O prêmio valoriza iniciativas de pessoas que seguem diferentes percursos para fazer negócios e projetos na capital mineira.

Análise S.W.O.T (Forças e fraquezas / Oportunidades e ameaças) – análise do cenário

- **Forças:** público interessado no assunto; falta de conteúdo semelhante ou sobre o assunto.
- **Oportunidades:** conteúdo pouco explorado; poucos concorrentes.
- **Fraquezas:** resistência das fontes; tema complexo e delicado; pouco conhecimento técnico.
- **Ameaças:** resistência do público; falta financiamento para a produção.

Linguagem

A reportagem procura trazer uma linguagem acessível para, assim, atingir não só o nosso alvo, mas qualquer pessoa que possa se interessar pelo assunto sem ter tanto conhecimento sobre o mesmo. A proposta é contar a história de acordo com o diálogo dos entrevistados, traduzindo da melhor forma possível suas experiências e aquilo que querem dizer.

Como o tema abordado pode ser um tanto delicado, teremos o cuidado de escrever dessa mesma forma, dialogando com as peculiaridades e características de cada um dos entrevistados. É importante que os entrevistados sintam-se representados e confortáveis com o texto.

Estrutura Editorial

⁷ A sigla mais utilizada, atualmente, é LGBTQ+, que engloba as pessoas intersex. Em termos de movimentos sociais, uma denominação que vem ganhando força é LGBTQ+, que inclui além da orientação sexual e da diversidade de gênero a perspectiva teórica e política dos Estudos Queer, que foi a nossa principal motivação na hora da escolha do termo.

⁸ O nome C.O.O.L. é a abreviação das palavras “criativo”, “original”, “ousado” e “local”.

O produto será uma grande reportagem abordando o tema de inserção desses corpos trans na universidade, com um foco maior na Universidade Federal de Ouro Preto. A ONG *Transvest* aparecerá em forma de retranca, na perspectiva de uma alternativa de acesso à educação para essas pessoas. Além disso, traremos o perfil da Duda Salabert, primeira candidata trans ao Senado e presidente da ONG; Michelly Colt aluna e secretária da *Transvest*; Koda Gabriel, alune do curso de Ciência da Computação na UFOP e a reportagem abordando um pouco da trajetória de Fredd Amorim, aluna do mestrado em Artes Cênicas na UFOP.

Características gerais:

- Grande reportagem: 65.400 caracteres
- Mídia digital
- **Periodicidade:** apenas uma publicação do material
- **Formato:** escolhemos uma plataforma web (Wix Site) para hospedar nossa reportagem. Pensamos o site de uma forma mais *clean* e trabalhados com alguns elementos e cores da bandeira trans: azul, branco e rosa. De forma que facilitasse a leitura da reportagem, que é grande, dividimos os subtítulos em páginas diferentes de forma a dar mais dinâmica para leitura e certa interatividade para o leitor ao utilizar os botões para passar de uma sessão para outra. Utilizamos de fotos para a representação das personagens, vídeos e conteúdos produzidos pela própria universidade (TV UFOP) para mostrar algumas ações que acontecem na instituição.

4. PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA GRANDE REPORTAGEM

O processo de produção da reportagem teve um início conturbado devido a mudança do projeto, inicialmente um livro de perfis de sujeites que frequentam a ONG *Transvest*. Como sempre tivemos em mente trabalhar a questão de sujeite trans e a mudança por meio da educação, reangulamos nossa pauta para uma realidade mais acessível de trabalho, visto que estávamos com dificuldades para locomoção até Belo Horizonte. Visando manter a questão central sobre transsexualidade e educação, trouxemos o projeto para uma realidade mais próxima da nossa: a UFOP, instituição onde estamos inseridas. Para o processo de desenvolvimento da reportagem

buscamos, em primeiro lugar, captar as fontes e encontrar alunes trans da universidade. Apesar de um fácil mapeamento dessas pessoas, as entrevistas foram difíceis de marcar por inúmeros desencontros e algumas não saíram conforme planejado. Também pesquisamos sobre a ONG Transvest e o processo que causa na população trans na cidade de Belo Horizonte, transformação pela educação, pelo acolhimento, pelo afeto. Entramos em contato com a fundadora, Duda Salabert, que se prontificou de imediato para nos atender. Fizemos a primeira entrevista com ela e, a partir daí, seguimos o ritmo com outras entrevistas ao mesmo tempo em que mergulhávamos em nossa pesquisa teórica e de dados. Visitamos a ONG quatro vezes para captar material e aproximar um pouco mais do espaço, assistimos uma aula de matemática, inclusive. Após isso, fizemos outras apurações acerca de alunes trans e encontramos Koda Gabriel e outros, mas que, por motivos pessoais, não puderam nos dar entrevistas. Os profissionais foram selecionados por afinidade com o tema da reportagem e pela acessibilidade das repórteres. Assistimos a defesa de mestrado da Ludmilla Camilloto para absorver ainda mais sobre o tema. Decidimos o que guiaria a nossa reportagem neste dia. A partir disso, Fredd Amorim se tornou o enfoque da nossa narrativa. Não utilizamos a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE) como fonte por dois motivos: primeiramente, porque exigia muita burocracia e demandaria uma disponibilidade que não tínhamos no momento; e, em segundo lugar, porque achamos necessário e relevante deixar a reportagem ser narrada pelos próprios personagens envolvidos; tanto os profissionais envolvidos, e, principalmente, dar protagonismo às pessoas trans que foram entrevistadas. Assim, retiramos dados de teses, artigos e da plataforma de web da UFOP para embasar nossa reportagem.

Fontes

Entrevistade	Função
Duda Salabert	Professora do ensino médio/pré-vestibular
Felipe Viero	Professor do curso de Jornalismo da UFOP
Flávia Máximo	Professora do curso de Direito da UFOP
Fredd Amorim	Alune do mestrado do curso de Artes Cênicas da Ufop
Koda Gabriel	Alune do curso de Ciências da Computação da

	UFOP
Ludmilla Camilotto	Mestra em Direito pela UFOP
Marco Antônio Torres	Professor do Departamento de Educação da UFOP da UFOP
Michelly Colt	Alune do cursinho/ONG Transvest

Análise dos resultados

Desta maneira, apresentamos a teoria *queer* e a pedagogia da autonomia como pressupostos científicos e localizamos a população trans dentro de um nicho específico. Assim, frente ao exposto e de todos os conceitos mencionados, é preciso que experiências como da ONG/cursinho Transvest sejam reconhecidas e valorizadas como um grupo de pessoas que precisam da atenção dos indivíduos e também da sociedade como um todo. Mesmo que as adequações teóricas sejam importantes e que a valorização do trabalho desenvolvido por Paulo Freire nos estudos citados, faz-se necessário empoderar tal população para que estes consigam produzir um conhecimento específico para suas necessidades. Compreendemos a importância da representatividade da transgeneridade dentro das universidades. Trouxemos como essa representação é feita na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Abordamos, ainda, as especificidades da produção da grande reportagem com a humanização dos relatos e com um adendo em elaboração de perfis e mini perfis. Por fim, notamos que os dados sobre a violência contra a população trans e sua marginalização são exorbitantes e que as políticas públicas voltadas para esses sujeitos são, ainda, ineficientes. Oportunizar essas pessoas ao direito da vida é uma questão emergencial e não deve ser negligenciada pelas autoridades responsáveis e, principalmente, pela sociedade como um todo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade.** 2008. Disponível em: <<https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/bento-berenice-o-que-c3a9-transsexualidade2008.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

BOMFIM, Rainer; SILVA, Jéssica de Paula Bueno da; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes. **População LGBTI, repúblicas e a institucionalização do preconceito na cidade de Ouro Preto: a violência como prática para aqueles tidos como “outros”**. Revista de Direito da Faculdade Guanambi, Guanambi, BA, v. 5, n. 2, p. 156-179, jul./dez. 2018. doi: <https://doi.org/10.29293/rdfg.v5i2.227>. Disponível em: <http://revistas.faculadeguanambi.edu.br/index.php/Revistadedireito/article/view/227>. Acesso em: 07 jun. de 2019.

BOMFIM, Rainer; VALADARES, Barbara; RECH, Leticia Theodoro, **Violência contra a mulher na cidade de Ouro Preto: apresentação da realidade fática, análise e proposituras práticas**, 2018. IN: BAHIA, Alexandre; BOMFIM, Rainer; CAMILLOTO, Bruno. Extensão e Universidade Pública: experiência UFOP. Belo Horizonte, Conhecimento. 2018. p. 78.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação popular? In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRASIL. Reuni. Ministério da Educação (mec). **O que é o REUNI?** 2010. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em: 18 jun. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero - Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 14ª edição.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4196637/mod_resource/content/1/AULA%201%20-%20Butler%20-%20quadros%20de%20guerra%20-%20cap%205.pdf. Acesso em: 06 jun. 2019.

CAMARGO, Shelley Arruda Pinhal de; SAMPAIO NETO, Luiz Ferraz de. Sexualidade e gênero. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, [s.l.], v. 19, n. 4, p.165-300, 29 jan. 2018.

CAMILLOTO, Ludmilla Santos de Barros. **Transgeneridade e direito de ser - relação entre o reconhecimento de si e o reconhecimento jurídico de novos sujeitos de direitos**. Ouro Preto: 2019

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero - uma perspectiva global**. São Paulo: Inversos, 2015.

DAVIS, Angela. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**. Disponível em arquivo.geledes.org.br/atlantico-negro/movimentoslideres-pensadores/afroamericanos/10243-as-mulheres-negras-naconstrucao-de-uma-nova-utopia-angela-davis. Acesso em 10 jun. de 2019.

DIA Internacional da Visibilidade Trans: mais de 2,000 pessoas trans assassinadas nos últimos 8 anos. mais de 2,000 pessoas trans assassinadas nos últimos 8 anos. 2016. Elaborada por Sexuality Policy Watch. Disponível em:

<<http://sxpolitics.org/ptbr/dia-internacional-da-visibilidade-trans-mais-de-2000-pessoas-trans-assassinadas-nos-ultimos-8-anos/6043>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO (Washington). United States Holocaust Memorial Museum. **O QUE É GENOCÍDIO?** Disponível em: <<https://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10007043>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

ESTADO DE MINAS: Brasil é país que mais mata travestis e transexuais. Minas Gerais, 2017. Disponível em: <<https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/dandara/2017/03/09/noticia-especial-dandara,852965/brasil-e-pais-que-mais-mata-travestis-e-transexuais.shtml>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

FEDORKO, Boglarka; BERREDO, Lukas. Transgender Europe (tgeu) (Org.). **O círculo vicioso da violência:** pessoas trans e gênero-diversas, migração e trabalho sexual. 19. ed. [s.l]: Copyleft 2017 Por Transgender Europe (tgeu), 2017. 24 p. Projeto Transrespect versus Transphobia Worldwide (TvT). Disponível em: <<https://transrespect.org/wp-content/uploads/2018/01/TvT-PS-Vol19-2017.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1999. 144 p.

GUILHERME FREITAS (Brasil). Vidas Narradas: jornalista peruano vai comandar oficina literária sobre perfis durante a Flip. **O Globo.** Rio de Janeiro. 03 jul. 2010.

HELENA MARTINS (Brasília). Agência Brasil (Org.). **Número de assassinatos de travestis e transexuais é o maior em 10 anos no Brasil:** Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, em 2017. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-01/assassinatos-de-travestis-e-transexuais-e-o-maior-em-dez-anos-no-brasil>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

HOOKS, Bell. **Intelectuais Negras.** Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/10/16465-50747-1-PB.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

KAAS, Hailey. **O que é Transfeminismo?:** Uma Breve Introdução. 2015. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/371874/mod_resource/content/0/Encontro%20-%20O-que-%C3%A9-Transfeminismo.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2019.

KOYAMA, Emi. **Transfeminist Manifesto.** In: *Catching a Wave: Reclaiming Feminism for the Twenty-First Century.* [s.l], Northeastern University Press, 2003.

LORDE, Audre. **As ferramentas do mestre nunca irão dismantelar a casa do mestre.** [s.l], 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/11277332/LORDE_Audre_-_As_ferramentas_do_mestre_nunca_v%C3%A3o_desmantelar_a_casa-grande. Acesso em 10 de junho de 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LUCON, Neto. **OMS irá retirar identidades trans e travestis do capítulo de transtorno mentais**. Disponível em: <<http://www.nlucon.com/2018/05/oms-retira-identidades-trans-e-travesti.html>>. Acesso em: 02 mai. de 2019.

MAIA, Marta Regina. Perfil: a composição textual do sujeito. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges. **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 176-188.

MARCO AURÉLIO MÁXIMO PRADO (Belo Horizonte). Universidade Federal de Minas Gerais (Org.). **Inquéritos policiais: travestis e transexuais em Minas Gerais**: Relatório do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQ+ sobre inquéritos policiais envolvendo travestis e transexuais no estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Belo Horizonte: Nuh, 2018. 92 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/17rUWq6z_ZszU_J0VPK9Dzl5clsqbf0gg/view>. Acesso em: 20 jun. 2018.

MEDINA, Cremilda. “Mito e visão de mundo”, in MEDINA, Cremilda, *A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano*, São Paulo: Summus, 2003, p. 74-80.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças**. 2012. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/382812690/Livro-Richard-Miskolci-Teoria-Queer-Um-aprendizado-pelas-diferencas-pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

MORAES, Dayane Suelen de; SILVEIRA JUNIOR, Luiz Alberto da Silva; LUCKOW, Heloiza Irace Ma. **As trajetórias escolares de alunos LGBT: um levantamento de produções bibliográficas**. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24188_12713.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2019.

NEVEU, Erick. **As notícias h**. Volume 6 - Número 1 – 2010, p. 29-57.

NÚCLEO DE ESTUDOS EM SAÚDE PÚBLICA (NESP) (Brasília). Ceam/unb (Org.). **Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017 é lançado em Brasília**. 2017. Disponível em: <<http://www.nesp.unb.br/index.php/noticias/387-mapa-dos-assassinatos-de-travestis-e-transexuais-no-brasil-em-2017-e-lancado-em-brasilia>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. A teoria queer e a Reinvenção do corpo. **Cadernos Pagu**, [s.l.], n. 27, p.469-477, dez. 2006.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Cosem **jornalistas: uma ameaça real ou uma história de terror?** In: Brazilian Journalism Research. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa.** Petrópolis: Vozes, 2006, p. 67-72.

PRECIADO, Paul B.. **Manifesto Contrassexual: Práticas subversivas de identidade sexual.** 2014. Disponível em: <<https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2017/08/preciado-paul-b-manifesto-contrassexual.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Por um feminismo interseccional.** 2014. Disponível em: <<https://filopol.milharal.org/2014/02/12/por-um-feminismo-interseccional/>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. O Humanista. Laboratório de Jornalismo Convergente. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Org.). **Transexuais encontram dificuldades para o acesso à educação e trabalho: desigualdade e preconceito são recorrentes em diversos ambientes do convívio social.** 2018. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/humanista/2018/01/15/transexuais-encontram-dificuldades-para-o-acesso-a-educacao-e-trabalho/>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

SILVA, Emanuela Nascimento da; PORTELLA, Ana Rebeca Paulino. **Diversidade sexual na escola: uma educação transformadora e acolhedora das diferenças humanas.** Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA35_ID792_18062017030456.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.